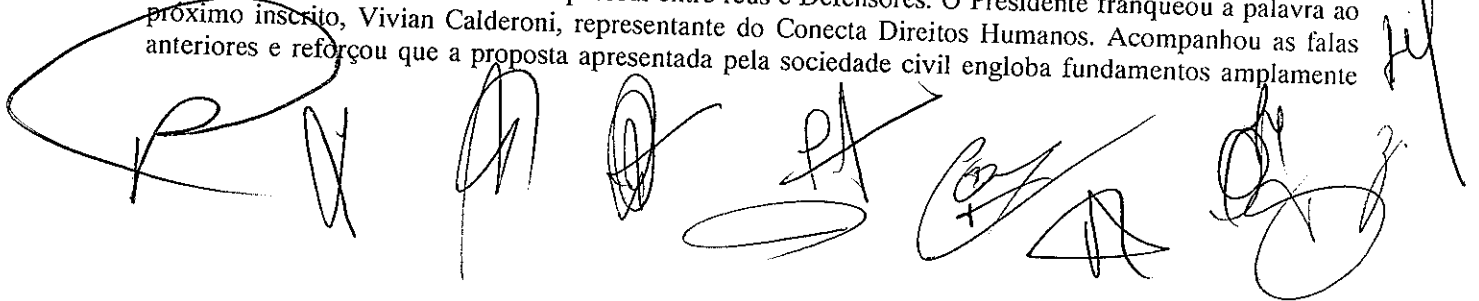
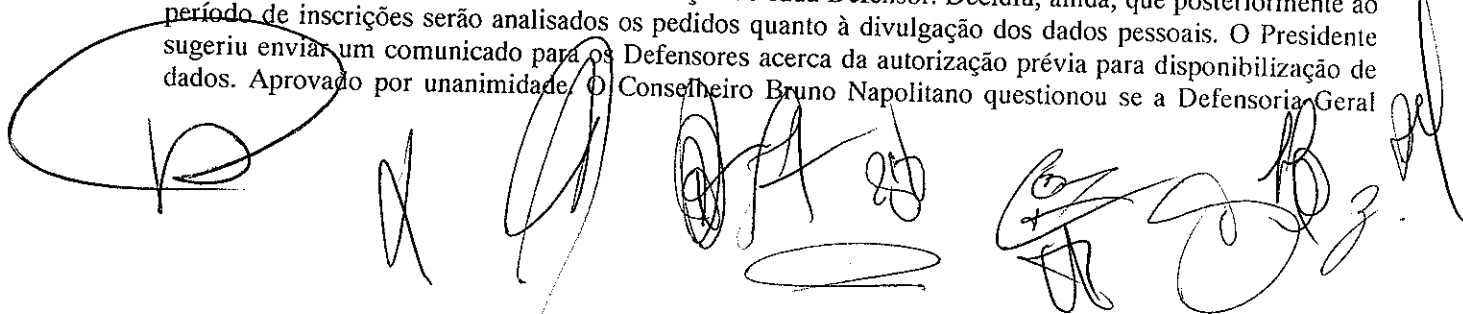


ATA DA 273ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2010/2012

Aos dois dias do mês de março do ano dois mil e doze na sala de reuniões do Edifício Sede, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, Davi Eduardo Depiné Filho. Presentes os (as) Conselheiros (as): Juliana Garcia Belloque, José Moacyr Doretto Nascimento, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Franciane de Fátima Marques, Antonio José Maffezoli Leite, Luis Cesar Rossi Francisco, Marcia Regina Garutti, Denise Nakano Veronezi, Fabiana Botelho Zapata, Bruno Diaz Napolitano, Pedro Antonio de Avellar, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, e, representando a Apadep, Rafael Valle Vernaschi. Deu-se início a sessão as 09h40. O presidente encaminhou para aprovação a ata da 272ª. Aprovado por unanimidade. O Presidente, em seguida, as comunicações da Presidência. Informou a sua ida ao Rio de Janeiro para assinar o contrato de prestação de serviços com a “Casa da Moeda” para confecção das carteiras funcionais. Apresentou dados institucionais relativos à arrecadação e às despesas do ano de 2011, bem como a evolução anual da receita e dos gastos observados em planilha entregue ao Colegiado. Narrou às circunstâncias do julgamento da ADI 4.163 pelo Supremo Tribunal Federal. Ressaltou o árduo trabalho realizado entre instituições parceiras, Anadep e a Defensoria Paulista para que a ADI fosse pautada e julgada. Relatou que semanas antes da desincompatibilização, a Defensora Pública Geral, Daniela Sollberger, esteve em Brasília para realizar audiências com ministros do STF, trazendo argumentos para reforçar o tema. Nessas ocasiões, alguns ministros demonstraram preocupação com a continuidade do serviço de assistência judiciária, caso as normas fossem julgadas inconstitucionais. Transmitiu que atualmente a Defensoria não possui condições materiais e estruturais para absorver toda a demanda do Estado, razão pela qual a formulação de outras parcerias é fundamental, inclusive através de iniciativas Pro Bono. O Presidente ponderou a atual dificuldade que a Defensoria tem em prescindir o convênio com a OAB, e informou que a administração superior estará intensificando a busca de medidas alternativas. Agradeceu a todos envolvidos na luta pelo fortalecimento da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Os Conselheiros Bruno Napolitano, Juliana Belloque e Octávio Ginez, além da Ouvidora-Geral, Luciana Zaffalon, e do representante da Apadep, Rafael Vernaschi, parabenizaram a administração superior pelo trabalho realizado. O Presidente informou que protocolizou no dia de hoje o aditamento à proposta da Defensoria-Geral, a pedido da Coordenação do Núcleo de Direitos Humanos, envolvendo aspectos relativos à atividade de inspeção de estabelecimentos prisionais. Não havendo mais comunicações por parte da presidência, passou-se ao momento aberto. O presidente franqueou a palavra ao primeiro inscrito Rodolfo Valente, representante da Pastoral Carcerária. Teceu considerações sobre o debate estabelecido entre a Ouvidoria Geral e outras instituições para formular um modelo de atendimento aos presos provisórios, chegando à conclusão de que a requisição de presos provisórios perante a justiça seria a melhor alternativa. Relatou surpresa com a apresentação da proposta alternativa pela Primeira Subdefensoria que envolve apenas os CDP's de Pinheiros e de Ribeirão Preto e registrou que não há justificativa para que a Defensoria deixe de assumir sua atribuição integralmente, executando a proposta inicial em todo o Estado. O Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, André Kehdi, representante do Instituto de Defesa dos Direitos de Defesa. Reiterou a fala de Rodolfo, enfatizando que a proposta demonstra pouca alteração no âmbito de atuação, e considerou que o projeto não contempla as necessidades dos assistidos e estaria aquém do desejado pelas entidades da sociedade civil, especialmente em razão da inexistência de prazos fixados para o projeto-piloto. O Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Marina Dias, presidente do Instituto de Defesa dos Direitos de Defesa. Informou a sua ida à Brasília para acompanhar o julgamento da ADI e relatou a satisfação de todos os parceiros da instituição pela vitória obtida junto ao STF. Afirmou, contudo, sua frustração com a proposta alternativa, por não contemplar a integralidade das propostas apresentadas pela sociedade civil, e pediu que a medida fosse revista, preservando o contato pessoal entre réus e Defensores. O Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Vivian Calderoni, representante do Conecta Direitos Humanos. Acompanhou as falas anteriores e reforçou que a proposta apresentada pela sociedade civil engloba fundamentos amplamente



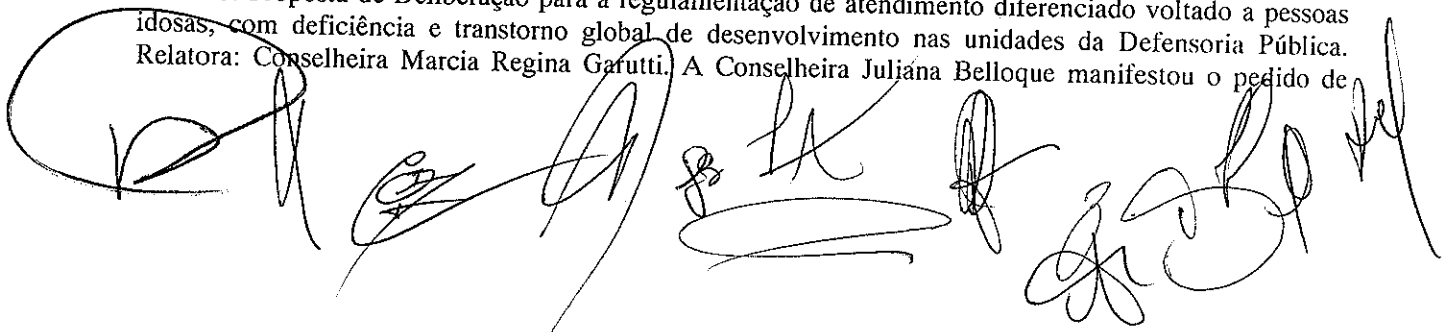
discutidos por entidades ligadas à temática prisional, e ressaltou que o argumento de que não existe estrutura na área criminal, deva ser superado por outros caminhos. Não havendo mais inscritos o Presidente agradeceu aos presentes e ressaltou a importância do momento aberto, justamente em temas como o enfocado, onde o debate de idéias e a contraposição de opiniões são essenciais para um resultado mais adequado e transparente. Esclareceu que a idéia que permeia a proposta alternativa apresentada pela administração era contemplar apenas uma etapa transitória, sem prejuízo da integral adoção da política apresentada. Relatou a situação do quadro reduzido de Defensores e a necessidade atual de defensores da área criminal realizando atividades na área cível, inclusive o atendimento inicial da triagem. Destacou, contudo, que esse fato não exime a Defensoria de sua responsabilidade e de buscar caminhos para cumprir de forma adequada a sua função, reconhecendo a necessidade de contato prévio entre réu e seu Defensor, sem o qual a defesa se torna deficitária. Mostrou receio, no entanto, caso o projeto fosse efetivado em todo o Estado de uma única vez, o que poderia trazer consequências para o atendimento em geral, razão pela qual defendia a importância de uma mudança gradual e com avaliação constante, através do projeto piloto. Ressaltou que a idéia do projeto piloto é uma alternativa temporária da proposta original, registrando que não há nenhum óbice em se agregar ao projeto piloto outros valores e procedimentos que não estejam contidos na proposta apresentada. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon, ponderou que a sociedade civil reivindica que o processo de construção democrática no qual se deu a proposta apresentada anteriormente seja respeitado, consolidando as propostas do relator, Ouvidoria Geral, Núcleo de Situação Carcerária e 30 Defensores da Regional Criminal da Capital. A Ouvidora criticou a falta de convite às entidades da sociedade civil para participarem da formulação da proposta alternativa e indagou se haveria tempo hábil para que as novas propostas fossem debatidas, reafirmando que a intenção seria implementar a proposta inicial consolidada pelo relator, mas que não se oporia na adoção de uma fase inicial de implementação, desde que consignada a política institucional. O Presidente teceu considerações sobre a construção democrática e discordou que não houve a promoção do debate democrático da proposta alternativa, justificando que a apresentação da proposta ao Conselho tem justamente a finalidade de permitir e promover o debate. A Conselheira Juliana Belloque refletiu sobre o método sobre o qual foi construída a proposta alternativa, e entendeu ter acontecido o equívoco da consulta aos interessados, ressaltando que não houve a intenção de alijar as entidades do debate, mas que o Conselho deveria ter convidado as instituições de que haveria uma nova proposta para discussão. O Presidente reiterou que a Defensoria Geral não tem óbice pela inserção na proposta alternativa da questão envolvendo a requisição dos presos e esclareceu que no momento da construção da proposta se entendia apenas como projeto piloto, por isso não se estabeleceu as diretrizes da política de atuação. Não havendo mais manifestações, o presidente franqueou a palavra sobre assuntos diversos. A Conselheira Juliana Belloque parabenizou a brilhante atuação de todos envolvidos no julgamento favorável da ADI e refletiu sobre novas parcerias para atender as demandas adormecidas, que poderiam ser contempladas a partir de convênios onerosos ou não. O Representante da Apadep, Rafael Vernaschi, informou que levará ao conhecimento dos Deputados o resultado do julgamento, com o objetivo de minar qualquer possibilidade de aprovação PLC nº 65/2011. O Conselheiro Octavio Ginez parabenizou a Defensoria Geral e a todos os envolvidos pela vitória institucional e registrou o agradecimento pela apresentação dos dados orçamentários, observando o equilíbrio do FAJ se comparado com o aumento da demanda. O Presidente esclareceu que a economia se deve à instalação de novas unidades no período e o incremento de Defensores em unidades já existentes. O Conselheiro Bruno Napolitano considerou o momento favorável para ampliar a estrutura da Assessoria de Convênios e da Assessoria Jurídica, bem como o estímulo aos Coordenadores Regionais para a busca por outras entidades que desejem formular convênios com a Defensoria. Pediu reflexão do Conselho Superior sobre a disponibilização de dados pessoais de Defensores para os candidatos a cargos efetivos e demonstrou sua preocupação acerca de necessidade de prévio consentimento dos Defensores para essa entrega. O Colegiado definiu que os pré-candidatos a cargos eletivos podem solicitar à administração superior os e-mails funcionais e locais de lotação de cada Defensor. Decidiu, ainda, que posteriormente ao período de inscrições serão analisados os pedidos quanto à divulgação dos dados pessoais. O Presidente sugeriu enviar um comunicado para os Defensores acerca da autorização prévia para disponibilização de dados. Aprovado por unanimidade. O Conselheiro Bruno Napolitano questionou se a Defensoria Geral

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized signature that appears to be 'R', followed by a signature that looks like 'A', and then a series of other initials and signatures, including one that resembles 'B' and another that looks like 'J'. The signatures are somewhat overlapping and vary in style, some being more legible than others.

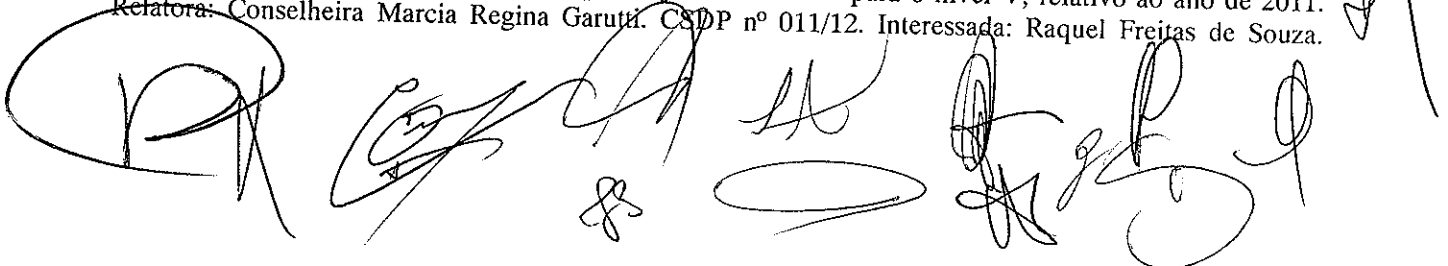
possui previsão de deflagrar um processo de remoção, em virtude da vacância de um cargo de Defensor por aposentadoria. O Presidente esclareceu que em breve será publicado o concurso de remoção. A Conselheira Fabiana Zapata indagou a previsão de entrega do informe de rendimentos para a declaração do imposto de renda. O Presidente comunicou que o informe de rendimentos estará disponível no portal da Defensoria a partir do início da próxima semana, bem como a versão impressa seria remetida aos defensores e servidores a partir da presente data. Informou que no primeiro mês do ano passado o pagamento foi efetuado pela Secretaria da Fazenda e que o informe deverá ser obtido junto àquele órgão, conforme a instrução que será transmitida a todos. Não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros o presidente pediu para ser enfrentado o primeiro item da pauta e após julgar os processos de Concurso de Defensor que necessita a homologação do edital de abertura das inscrições e a deliberação de abertura do concurso de Estagiários. Não havendo objeção por parte dos conselheiros o presidente entrou na ordem do dia. CSDP nº 281/11. Interessado: Grupo de planejamento para regulamentar as visitas em estabelecimentos prisionais. Assunto: Proposta de deliberação que cria a função de Coordenador de Assistência a Presos Provisórios e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Antonio Jose Maffezoli Leite. A Ouvidora Luciana Zaffalon leu o relatório e o parecer da Ouvidoria, no sentido de acatar a proposta do relator em sua integralidade. O Presidente reiterou não haver qualquer óbice pela administração superior em acatar as propostas da Ouvidoria para incrementar a proposta alternativa apresentada. A Ouvidora reforçou a idéia de deliberar a proposta do relator e caso vencida, se encaminhe para o aperfeiçoamento do projeto piloto. A Conselheira Franciane Marques pediu a explanação prática dos aspectos da proposta e mostrou preocupação em estabelecer metas que não poderão serão cumpridas no cotidiano operacional. A Conselheira Márcia Garutti indagou a forma de atendimento caso o juiz não atendesse ao pedido de requisição do preso. A Ouvidora Luciana Zaffalon apontou que em sua manifestação o atendimento seria feito por meio de requisição e, na impossibilidade, seria realizada a visita em estabelecimentos prisionais. O Conselheiro Antonio Maffezoli pontuou na proposta inicial a possibilidade de deixar de efetuar a requisição e realizar a visita, respeitando a peculiaridade de cada regional, e sugeriu suprimir os dispositivos que tratem de visitas de inspeção, encaixando esse aspecto nas disposições transitórias, na linha da proposta alternativa trazida pela administração superior. A Ouvidora Luciana Zaffalon acompanhou a sugestão do Conselheiro Antonio e sugeriu aprovar a deliberação excluindo o artigo de visitas de inspeção e incluindo o projeto piloto em disposições transitórias. A Conselheira Juliana Belloque encampou a proposta da Ouvidoria. O Presidente esclareceu que o projeto piloto organiza as visitas quando não for possível. A Conselheira Franciane Marques indagou como se daria na prática quando o Defensor requisitar o contato com o réu e não for atendido. A Conselheira Juliana Belloque esclareceu que a organização será planejada pelas 2ª e 3ª Subdefensorias, de acordo com a realidade de cada regional. O Conselheiro Antonio Maffezoli ressaltou que a organização não é inserida no contexto normativo e cabe a administração superior regularizar. O Presidente ponderou sobre as situações de impossibilidade de visitas prisionais, mas que a atividade deve ser realizada. A Conselheira Franciane Marques discordou que as subdefensorias realizem o planejamento e sugeriu que a organização fique a cargo da Regional, em conjunto com o Núcleo de Situação Carcerária. Questionou a posição da gratificação, uma vez que a requisição será prioritária e a visita opcional. O Presidente explicou que a proposta parte do pressuposto de que nem todas as requisições serão atendidas e, nesses casos, haverá um grupo designado para atender a demanda das visitas. Esclareceu que a proposta alternativa visa entender, dimensionar e analisar os casos nos quais as requisições serão negadas; além de quantificar o número de Defensores necessários para a realização de visitas e entendeu que, antes de se estabelecer se haverá ou não contrapartida financeira, é preciso encontrar um caminho de equivalência entre a área Criminal e de Infância e Juventude. O Conselheiro Antonio Maffezoli informou que as visitas da área infracional são monitoradas e não de atendimento processual. A Conselheira Fabiana Zapata discordou do Conselheiro Antonio e informou a realidade da regional em que as visitas realizadas são para atendimento processual. Mostrou não entender a lógica de retirar os Defensores da área criminal do atendimento da triagem e manter os Defensores da Infância e Juventude, sendo que ambos realizam visitas e mostrou necessidade de instituir uma política semelhante para a área infracional. O Presidente articulou a necessidade de construir caminhos que busquem atender ambas as áreas e estabelecer um caminho ideal. O Conselheiro Pedro

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom of the page. The signatures are of varying lengths and styles, some appearing to be initials or short names. There are approximately 10-12 distinct marks, including some that look like 'A', 'B', 'C', 'D', 'E', 'F', 'G', 'H', 'I', 'J', 'K', 'L', 'M', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z' and other symbols.

Avellar lembrou o início do debate sobre o atendimento ligado a presos provisórios, e pensou nas situações que exigem a normatização em apartado. Opinou deliberar a partir das premissas apontadas pelo Conselheiro Antonio e propõe que se debrucem pontualmente a deliberação. O Representante da Apadep, Rafael Vernaschi refletiu aplicar o modelo proposto democraticamente pelo consenso entre os conselheiros e a sociedade civil, caso contrário discutam-se e construam um novo modelo. A Conselheira Franciane Marques opinou não sentir-se apta a deliberar sem antes conhecer o teor da proposta apresentada hoje pela Administração Superior. O Presidente sugeriu a finalização da premissa e continuar o julgamento na sessão seguinte. A Ouvidora Luciana Zaffalon ponderou que não estará presente na sessão seguinte, e solicitou que a premissa fosse deliberada com a aprovação da política instituída pelo Conselheiro Antonio, suprimindo a questão das visitas de inspeção, da gratificação e inserindo-se o projeto piloto como disposição transitória. O Presidente concordou com a alternativa, encampando também a proposta construída em conjunto com o Núcleo de Direitos Humanos, que estabelece a criação de comissão para implantação da política de inspeção das condições de aprisionamento. A Ouvidora Luciana Zaffalon se colocou à disposição para consolidar as informações suprimindo a questão remuneratória e as vistorias, inserindo o projeto piloto e a proposta do Defensor Carlos Weis já com os aperfeiçoamentos, bem como as questões da infância e juventude nas disposições transitórias, encaminhando a todos no início da semana seguinte. O Conselheiro Bruno Napolitano mostrou preocupação com a saída de Defensores Públicos da atividade de triagem e na questão da quebra de isonomia das atividades prestas pelo Defensor. A Conselheira Juliana Belloque esclareceu que essa questão seria delineada no projeto piloto. O Presidente entendeu que essa questão será discutida e debatida posteriormente, e sugeriu a continuidade dos trabalhos na sessão de 16 de março, convidando todos os representantes da sociedade civil para novamente comparecerem na referida data. Aprovou-se por unanimidade. A Conselheira Juliana Belloque registrou, em relação ao processo CSDP 355/11, que apenas nesta data tomou contato com novos argumentos desenvolvidos no voto vista da Conselheira Fabiana Zapata e declarou tornar sem efeito o seu voto que havia sido antecipado, em virtude da necessidade de análise da nova abordagem. O presidente sugeriu a inversão da pauta, mostrando a necessidade de se julgar os processos de concurso de Defensores e Estagiários. CSDP nº 123/12. Interessado: Presidente da Banca Examinadora do V Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O relator leu o voto no sentido de aprovar a deliberação nos termos da proposta apresentada. O Assessor Jurídico, Vitore André Zilio Maximiano esteve presente na sessão para prestar esclarecimentos sobre dúvidas diversas à proposta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a alteração da Deliberação CSDP nº 10/06, consoante a Deliberação CSDP nº 245, de 02 de março de 2012, a seguir publicada. Impedida as Conselheiras Juliana Garcia Belloque, Marcia Regina Garutti e Fabiana Botelho Zapata. CSDP nº 204/11. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de abertura do V Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado. Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o Edital de Abertura de Inscrições, a seguir publicada. Impedida as Conselheiras Juliana Garcia Belloque, Marcia Regina Garutti e Fabiana Botelho Zapata. CSDP nº 122/12. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura do VII Concurso Público de Provas e Títulos para a Seleção de Estagiários de Direito da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a abertura do certame, e homologar a indicação da Defensora Pública Cristina Victor Garcia para presidir a Banca Examinadora do VII Concurso Público de Provas e Títulos para a Seleção de Estagiários de Direito da Defensoria Pública do Estado. CSDP nº 334/11. Interessados: Ouvidoria Geral da Defensoria Pública e Coordenador do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Proposta de Deliberação para a regulamentação de atendimento diferenciado voltado a pessoas idosas, com deficiência e transtorno global de desenvolvimento nas unidades da Defensoria Pública. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. A Conselheira Juliana Belloque manifestou o pedido de



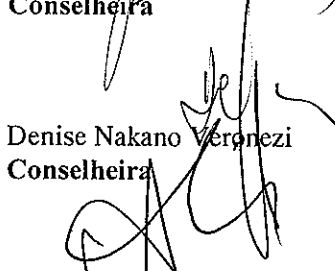
vista ao processo, tendo em vista a sua ausência na reunião da próxima sessão. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a sessão ordinária do dia 16 de março de 2012. CSDP nº 354/11. Interessados: Ouvidoria-Geral e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 89/08 (que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 007/12. Interessados: Ouvidoria-Geral e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 89/08 (que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1129/09. Interessado: Corregedor-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque. O colegiado discutiu a importância de sessão extraordinária para discussão do tema. Aprovou-se por unanimidade a deliberação do tema em sessão extraordinária designada posteriormente. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/11. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de formação de Grupo de Trabalho para estudo de questões atinentes à remuneração dos Servidores da Defensoria Pública. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 350/11. Interessado: Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (maio de 2011 a novembro de 2011). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 357/11. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 198/10 (Disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (primeiro e segundo semestre de 2011). Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 005/12. Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de Deliberação que torna facultativa a contribuição, para membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 006/12. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 38/07, que estabelece normas gerais para os Regimentos Internos dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Antonio Maffezoli Leite. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 008/12. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas (1º semestre de 2011). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 009/12. Interessado: Jose Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentar a indicação da Diretoria da Escola da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 014/12. Interessado: Rafael Bessa Yamamura. Assunto: Remoção por união de cônjuges. Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 010/12. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2011. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. CSDP nº 011/12. Interessada: Raquel Freitas de Souza.

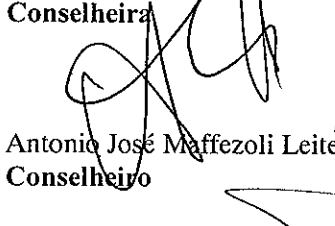
A series of approximately ten handwritten signatures in black ink, arranged horizontally across the bottom of the page. The signatures vary in style, with some being more stylized and others more legible. They appear to be the signatures of the council members mentioned in the text above.

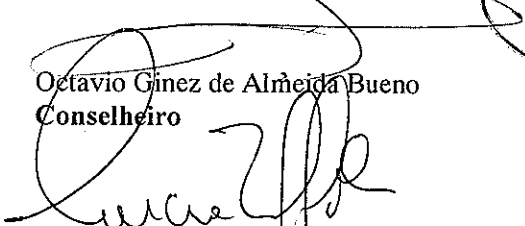
CSDP nº 012/12. Interessado: Gediel Claudino de Araujo Junior. CSDP nº 013/12. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. CSDP nº 016/12. Interessado: Noadir Marques da Silva Junior. CSDP nº 024/12. Interessada: Vania Pereira Agnelli Sabin Casal. CSDP nº 025/12. Interessada: Ana Paula Kayamori de Oliveira. CSDP nº 040/12. Interessada: Patricia Malite Imperato. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 009/10. Interessado: Fernando Catache Borian. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 016/10. Interessado: Patrick Lemos Cacicedo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 002/10. Interessado: Julio Grostein. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 013/10. Interessado: Fabricio Bueno Viana. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 080/11. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos dois dias do mês de março do ano de 2012.

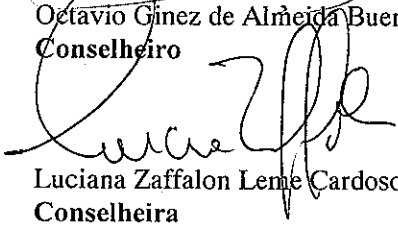

Davi Eduardo Depiné Filho
Presidente



Fabiana Botelho Zapata
Conselheira

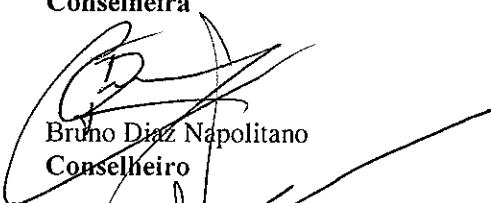

Denise Nakano Veronezi
Conselheira

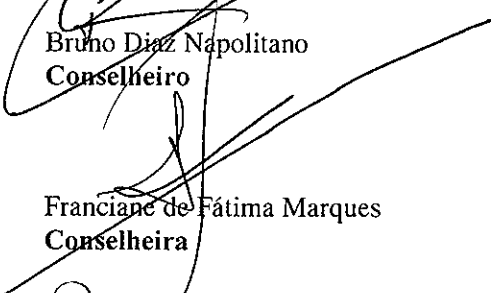

Antonio José Maffezoli Leite
Conselheiro

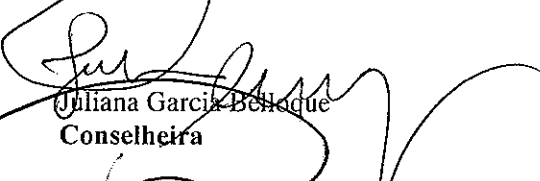

Octavio Ginez de Almeida Bueno
Conselheiro

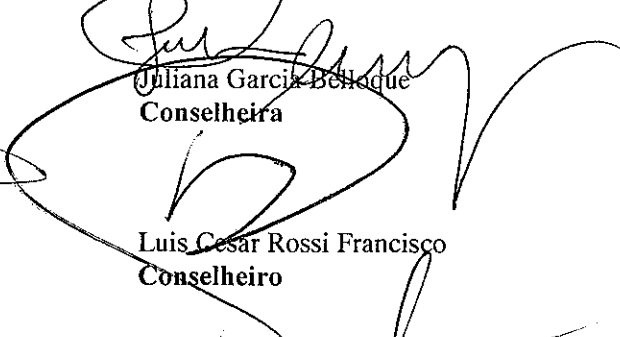

Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira

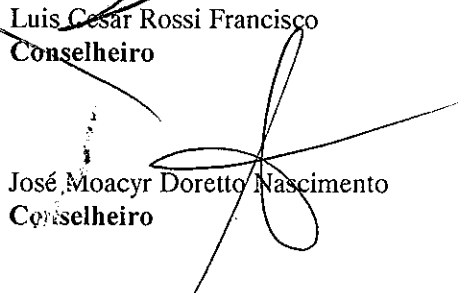

Márcia Regina Garuffi
Conselheira

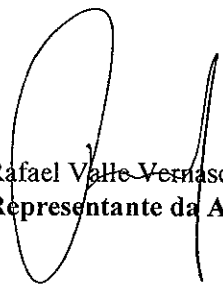

Bruno Diaz Napolitano
Conselheiro


Franciane de Fátima Marques
Conselheira

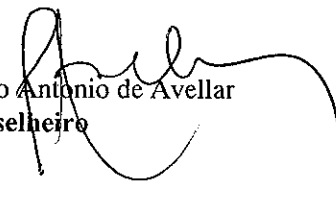

Juliana Garcia Belloque
Conselheira


Luis Cesar Rossi Francisco
Conselheiro


José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro



Rafael Valle Vernaschi
Representante da Apadep



Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro